



## Presidente da OAB-RS responde a críticas de Tarso Genro à entidade

O presidente da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul, Cláudio Lamachia, reagiu nesta quarta-feira (4/4) às declarações do governador Tarso Genro, que classificou a entidade de “omissa” e disse que esta só faz “críticas ideológicas”. Para o dirigente, as afirmações são equivocadas e mostram que o governador desconhece a história e o que a entidade representa para a sociedade gaúcha.

Em almoço político na última terça-feira (3/4) promovido pelas lideranças do Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre, o governador do Rio Grande do Sul deu a seguinte declaração: “Esperamos o apoio da OAB naquelas movimentações que fazemos, como, por exemplo, para reestruturar a dívida do estado, e também para arrecadar mais, sem aumentar impostos, porque a OAB sempre foi omissa em relação a isso”. O assessor de Tarso Genro, Guilherme Gomes, minimizou o impacto das declarações. O governador, no entanto, não quis prestar novos esclarecimentos.

O mal-estar ocorre no momento em que a OAB-RS capitaneia um movimento, com outras entidades civis gaúchas, para garantir o cumprimento da Lei Complementar 141/3012, que determina a aplicação imediata de 12% dos recursos do estado na área da saúde. A LC regulamentou a Emenda Constitucional 29/2000, que estabelece, entre outros pontos, os valores mínimos e o rateio dos recursos a serem aplicados anualmente pela União, estados, Distrito Federal e municípios em ações e serviços públicos de saúde. O Rio Grande do Sul não aplica sequer a metade do percentual obrigatório.

### Missão constitucional

Em entrevista à Radio Bandeirantes de Porto Alegre, o governador disse que aceita a ajuda da entidade na questão da saúde. “Agora, o costume que a OAB tem no geral, aqui no estado, nos últimos anos, diga-se de passagem, é somente se reportar ao estado quando faz uma crítica a partir da ideologia de seus governantes atuais”, cutucou Tarso. “A OAB nunca fez, por exemplo, um exame, uma crítica ou debate sobre os grandes problemas de gestão pública e de corrupção que houve no governo anterior (Yeda Crusius).”

Para Cláudio Lamachia, as declarações do governador pretendem reduzir o debate proposto para a saúde, que é justamente obrigar o estado aplicar 12% na saúde, como reza a lei. “O governador, que também é advogado, sabe que o que a Ordem está fazendo neste momento, como já fez em outros governos, é exatamente defender a legalidade.”

O dirigente disse que, por estar ausente tanto tempo do estado (foi ministro de Lula em duas pastas), Tarso não acompanhou a história da OAB nos últimos anos, principalmente a luta pela transparência pública e contra a corrupção.

No governo anterior, lembrou o dirigente, a OAB acompanhou a questão das escutas telefônicas ilegais, a CPI do Detran. “Aliás, eu pessoalmente, como presidente da OAB, fui a Santa Maria e trouxe, de madrugada, cópia integral do processo que envolvia toda a fraude do Detran. Divulgamos para os meios de comunicação este processo, colocando para a sociedade o que o que ali estava posto, com total transparência — o que é o papel da Ordem”, justificou.



Lamachia também afirmou que o governador está absolutamente equivocado quando afirma que o dirigente da OAB se movimenta por alguma questão ideológica ou partidária e garantiu que enquanto estiver sendo administrada pelos atuais diretores, a entidade jamais se movimentará com base nas “paixões ideológicas e partidárias”.

Para o dirigente, está mais do que na hora de deixar de lado o viés político e ideológico da questão da saúde, porque a situação é extremamente crítica — o RS ocupa o último lugar entre os estados no ranking dos investimentos nesta área.

“As emergências estão superlotadas. Os hospitais não têm leitos. As pessoas estão morrendo nos corredores dos hospitais. E por que a OAB se envolve com estes temas? Ora, porque é um compromisso legal. É um compromisso legal posto na Constituição e na Lei Federal 8.906. Somos obrigados a agir na defesa dos direitos humanos”.

Finalmente, o presidente lembrou que, em maio de 2011, estendeu a mão ao atual governo para debater a crônica falta de recursos. "Na época, a OAB colocou como uma das sugestões que o estado rediscutisse sua dívida com a União Federal. Colocamos com todas letras, aos interlocutores do governo naquele momento, que entendíamos ser muito mais importante, muito mais valioso, o pagamento de RPVs e precatórios do que a dívida impagável que temos com a União. Nós propusemos ao governador e os seus interlocutores uma ampla discussão de um novo pacto federativo.”

**Date Created**

05/04/2012